

RELATÓRIO

ASSEMBLEIA FISCALIZA

JUNHO DE 2023

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Sumário

1. Introdução	2
2. Centros de Referência em Direitos Humanos	3
3. Políticas de habitação, construção de moradias e alienação de imóveis	5
4. Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais	7
5. Políticas públicas desenvolvidas pela Subsecretaria de Políticas dos Direitos das Mulheres	8
6. Banco de Empregos - A Vez Delas e Ônibus Lilás	9
7. Crianças e adolescentes vítimas dos crimes de abuso e exploração sexual	10
8. Proteção social aos resgatados da condição de trabalho análoga à de escravo no Estado	11
9. Apoio, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de mães responsáveis por famílias uniparentais	12
10. Piso Mineiro de Assistência Social - regularidade e avanços	13
11. Empregabilidade da pessoa com deficiência	14
12. Carteira Sindpasse	14
13. Esporte no ambiente escolar	15
14. Esporte, Cultura e Turismo	16
15. Capilaridade de recursos e formação cívica e desenvolvimento por meio do esporte	16

1. Introdução

No primeiro semestre de 2023, mudanças significativas estão possibilitando o fortalecimento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). A Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, em especial os artigos 24 e 25, alterou as competências e a estrutura organizacional da Secretaria, propondo uma nova organização administrativa, que incorpora em sua estrutura três novas subsecretarias:

- I - Subsecretaria de **Política de Habitação**;
- II - Subsecretaria de **Políticas de Direitos das Mulheres**;
- III - Subsecretaria de Planejamento e Gestão.

As três novas unidades administrativas são decorrentes do fortalecimento de unidades existentes, respectivamente:

- I - Diretoria de Promoção de Política Habitacional;
- II - Coordenadoria da Política dos Direitos das Mulheres;
- III - Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças.

Também no sentido do aprimoramento da estrutura, a outrora Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional torna-se **Assessoria de Segurança Alimentar**, vinculada diretamente ao Gabinete da Secretaria.

A Sedese passa a responder pela condução das políticas de Assistência Social, Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda, Direitos Humanos, Esportes, Direitos das Mulheres, Segurança Alimentar e Habitação. A atuação integrada e intersetorial permanece como premissa na execução das políticas sociais.

Constam neste Relatório as respostas da Sedese às ênfases escolhidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), encaminhadas pelas Comissões de Direitos Humanos; de Defesa dos Direitos da Mulher; do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e de Esporte, Lazer e Juventude.

2. Centros de Referência em Direitos Humanos

No Estado de Minas Gerais, há atualmente quatro Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs) em pleno funcionamento, cada um localizado em um território específico. O Território Mucuri tem sua sede em Teófilo Otoni; o Território Sul, em Alfenas; o Território Mata, em Juiz de Fora; e o Território Norte, em Montes Claros.

Para o ano de 2023, foi destinado um orçamento de R\$ 2 milhões para esses centros, conforme aprovado na Lei Orçamentária Anual. Os instrumentos firmados para manutenção dos CRDHs estão em processo de aditamento, visando uma prorrogação do seu funcionamento por mais um ano, até julho de 2024.

No período de janeiro a maio de 2023, os CRDHs realizaram um significativo número de atendimentos e ações em prol dos direitos humanos. Houve um total de 762 pessoas atendidas em casos relacionados a violações de direitos e 379 atendimentos em casos relacionados a violações de direitos. Além disso, foram cadastradas 135 ações de promoção dos direitos humanos, beneficiando um público de 6.568 pessoas.

Os CRDHs também prestaram serviços diretos aos usuários, como distribuição de cestas básicas, kits de higiene, kits fotográficos e kits lanche, atendendo um total de 675 pessoas nessa modalidade de assistência.

É importante ressaltar que os centros atuam em articulação com a Rede de Proteção em Direitos Humanos, buscando fortalecer os vínculos e a cooperação entre os diversos órgãos e entidades que trabalham em prol da garantia e promoção dos direitos fundamentais no território abrangido por cada CRDH.

Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)	Pessoas atendidas (01/01/23 a 31/05/23)	Atendimentos realizados (01/01/23 a 31/05/23)
Mucuri	105	142
Norte	155	162
Mata	442	900
Sul	60	76
TOTAL	762	1.280

Foi realizada ainda a Avaliação Executiva da Política dos Centros de Referência em Direitos Humanos pela Controladoria Geral do Estado (CGE) em conjunto com a equipe da Sedese. As recomendações da Avaliação Executiva estão em fase de implementação, destacando-se as seguintes:

- Padronização dos fluxos para atendimento à população
- Planejamento anual em conjunto com os CRDHs, buscando o alcance do público em maior situação de vulnerabilidade.
- Estabelecimento de indicadores para acompanhamento do trabalho realizado nos Centros
- Revisão das normas jurídicas que regem a atuação dos Centros (em andamento).

3. Políticas de habitação, construção de moradias e alienação de imóveis

Políticas de Habitação

A Sedese está empenhada em promover a política habitacional em várias frentes de atuação. Uma delas é o Plano Estadual de Habitação, que está em vigor desde 2009 e passou por estudos preliminares a partir de 2019, visando à sua revisão. O objetivo é materializar uma estratégia de médio e longo prazo para o planejamento do setor habitacional, garantindo o acesso à moradia digna. Agora, a minuta final do plano foi elaborada e será submetida a discussões públicas e audiências em novembro de 2023, garantindo a participação popular, bem como a avaliação e aprimoramento do documento. Em sequência, a minuta será encaminhada para aprovação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Conedru), órgão responsável por validar a política habitacional em Minas Gerais. No entanto, é importante ressaltar que o Conedru está passando por um processo de reestruturação, incluindo a escolha e posse de novos membros.

A Sedese também desempenhou um papel importante na reconstrução de casas afetadas por desastres naturais, por meio do programa BDMG Habitação. Essa iniciativa faz parte do Plano Recupera Minas, fruto da parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Seu objetivo é fornecer financiamento para a construção ou reconstrução de moradias populares em municípios que decretaram Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública devido a chuvas intensas. O programa contou com a disponibilização de aproximadamente R\$ 200 milhões provenientes do Estado, disponibilizados por meio do BDMG às prefeituras dos municípios afetados.

Até maio de 2023, 17 municípios estavam em processo de execução do programa, sendo que 12 já haviam contratado a linha de crédito (totalizando R\$ 51 milhões), dois estavam em fase de Pedido de Verificação de Limites e Condições, e três estavam em etapas de análise.

Ainda na habitação, merecem destaque duas captações de recursos com previsão de execução no segundo semestre de 2023. A primeira é proveniente da Loteria do Estado de Minas Gerais (LEMG), no valor de R\$ 11,35 milhões, com foco na melhoria habitacional. Desse montante, R\$ 9 milhões

serão destinados à implantação de banheiros, R\$ 1,05 milhão para a instalação de fossas sépticas e R\$ 1,3 milhões para investimentos em acesso à água de qualidade.

Outra captação relevante foi realizada por meio do Edital Liberta Minas 2023, no valor de R\$ 3,75 milhões, também destinados à melhoria habitacional. Dentre esses recursos, R\$ 1,25 milhão serão utilizados para a implantação de módulos sanitários com fossa TVAP (tanque de evapotranspiração), beneficiando 61 famílias no município de Santo Antônio do Itambé, na regional de Diamantina. Além disso, R\$ 625 mil serão destinados à implantação de cisternas de placa de 16 mil litros, beneficiando 21 famílias em Bonito de Minas, na regional de Montes Claros. No município de Verdelândia, também na regional de Montes Claros, serão implantadas 14 cisternas de placa de 16 mil litros e 15 fossas sépticas TVAP, com recursos de R\$ 625 mil. Já no município de Cristália, também na regional de Montes Claros, serão implantadas 18 cisternas de placa de 16 mil litros e 28 fossas sépticas TVAP, utilizando recursos da ordem de R\$ 625 mil. Por fim, no município de Pai Pedro, também na regional de Montes Claros, serão implantadas 18 cisternas de placa de 16 mil litros e 19 fossas sépticas TVAP, com recursos de R\$ 625 mil.

Esses municípios beneficiados foram selecionados pelo Programa Estratégico Percursos Gerais e apresentam altos índices de inadequação habitacional, especialmente no que diz respeito ao acesso à água de qualidade e saneamento adequado, sobretudo nas áreas rurais. A expectativa é de que a celebração dos convênios e o repasse dos recursos ocorram no segundo semestre de 2023.

Acrescenta-se, ainda, o projeto Moradia Primeiro, que é uma iniciativa que visa fortalecer a política de direitos da população em situação de rua, atrelando a promoção da política habitacional à metodologia Housing First. A estratégia consiste em um modelo de atenção a este público e preconiza o direito de morar como via de acesso a outros direitos fundamentais.

Para dar início a esse projeto inovador, está prevista a construção de 10 moradias como parte de um piloto, com um repasse de R\$ 500 mil para a entidade parceira em março de 2023. Além disso, o projeto contempla uma equipe de acompanhamento que fornecerá suporte ao público atendido e subsidiará a expansão do projeto em todo o Estado de Minas Gerais. O piloto ocorrerá alinhado à implantação permanente do Canto da Rua, viabilizada por meio da cessão de terreno pelo Estado e a partir de recursos de emenda parlamentar.

A Coordenadoria Estadual dos Direitos para População em Situação de Rua também está envolvida nesta iniciativa, fornecendo apoio técnico na implementação do projeto Moradia Primeiro. Atualmente, o projeto está sendo desenvolvido por meio de 100 aluguéis sociais, com duração de dois anos e subsidiados por recursos do Ministério Público, em parceria com a Pastoral do Povo da Rua. A previsão é que o atendimento à população seja realizado ao longo do ano de 2023.

Construção de Empreendimentos

A construção de empreendimentos é um projeto de grande relevância para a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas) e para os municípios do Estado de Minas Gerais,

viabilizando o cumprimento da missão institucional da Cohab Minas e colaborando de forma significativa com a instituição do Plano Estadual de Habitação.

Desde 2019, já foram construídos dois empreendimentos habitacionais voltados para esse público, e outros quatro estão em fase de construção, com previsão de conclusão até junho de 2024. Além disso, foi realizado um chamamento público para a construção de mais dois empreendimentos, totalizando, assim, 432 unidades habitacionais. Dessas, 298 já foram entregues às famílias beneficiadas.

Alienação de imóveis

No que diz respeito à alienação de imóveis, neste ano, 37 apartamentos em Belo Horizonte foram disponibilizados para venda. Até o momento, 17 unidades já foram negociadas e estão em processo de alienação. Cada apartamento possui uma área média de 62,93 m², totalizando uma área de 1.052,92 m². A receita obtida com a venda desses imóveis é de R\$ 479.624,69 à vista, além de R\$ 2.493.269,59 financiados em até 360 meses.

Adicionalmente, uma unidade habitacional no município de Caeté também foi recomercializada. Essa unidade possui uma área construída de 29,34 m² e foi vendida pelo valor de R\$ 35.000,00. A receita proveniente dessa venda é de R\$ 2.860,00 à vista, com o restante do valor, R\$ 32.140,00, sendo financiado em 360 meses.

Em 2023, não foram adotados procedimentos licitatórios e demais atos públicos para alienação de terrenos, lotes e áreas remanescentes de propriedade da Companhia.

Todas as receitas obtidas com essas alienações, tanto dos apartamentos em Belo Horizonte quanto da unidade em Caeté, serão utilizadas para compor o custeio operacional da Cohab Minas. Esses recursos ajudarão a subsidiar as atividades da Companhia, possibilitando a continuidade dos programas habitacionais e o atendimento às demandas da população de baixa renda em busca de moradias adequadas.

4. Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais

Durante o período de janeiro a maio de 2023, a Mesa de Diálogo acompanhou diversos casos de conflitos coletivos fundiários, totalizando 83 casos. Dentre esses, 19 são casos rurais, 18 possuem caráter socioambiental e 46 são casos urbanos. Esses conflitos afetam aproximadamente 5.950 famílias residentes nas áreas em questão.

No decorrer desse período, a Mesa de Diálogo promoveu um total de 31 reuniões, abrangendo diferentes tipos de encontros, como reuniões preparatórias, plenárias e câmaras técnicas. Essas

instâncias de diálogo foram essenciais para discutir e buscar soluções para os conflitos fundiários em andamento.

É importante destacar que, dos 83 casos acompanhados pela Mesa de Diálogo e Negociação do Estado, alguns apresentam diferentes estágios. Sete casos já possuem acordos firmados no âmbito da Mesa e estão em processo de monitoramento para garantir o seu cumprimento. Esses casos estão distribuídos em cidades como Contagem, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Belo Horizonte e Ibirité, impactando 898 famílias.

Por outro lado, quatro casos não chegaram a um acordo e estão em fase de decisão de reintegração de posse, afetando 304 famílias nas cidades de Almenara, Montes Claros, Belo Horizonte e Mário Campos. Além disso, dois casos também estão sem acordo, mas ainda não possuem decisão de reintegração de posse, envolvendo 162 famílias nas cidades de Belo Horizonte e Formoso.

Os demais 61 casos estão em processo de negociação no âmbito da Mesa de Diálogo, alguns com decisão de reintegração de posse e/ou com a suspensão temporária da decisão de reintegração. Adicionalmente, outros oito casos são pedidos recentes de acompanhamento pela Mesa, ainda sem informações detalhadas sobre os conflitos fundiários em questão.

Esses números evidenciam a importância do trabalho da Mesa de Diálogo na busca por soluções pacíficas e justas para os conflitos fundiários em Minas Gerais. Através do diálogo e do acompanhamento das partes envolvidas, busca-se garantir uma resolução satisfatória para todas as famílias afetadas por esses conflitos.

5. Políticas públicas desenvolvidas pela Subsecretaria de Políticas dos Direitos das Mulheres

Serão apresentadas nesta seção as principais políticas desenvolvidas pela Sedese para as mulheres. Considerando que a Subsecretaria de Políticas dos Direitos das Mulheres foi instituída pela Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, sua estruturação ainda está em curso. Cabe ressaltar que outras políticas, que inclusive serão tratadas posteriormente neste Relatório, são realizadas em outras Subsecretarias da Sedese, como é o caso do Minas Programando e Trajeto Moda, que são conduzidos pela Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda e promovem condições de geração de renda a mulheres, pela qualificação e assessoramento.

Centro Risoleta Neves de Atendimento (CERNA)

O CERNA, um órgão dedicado à superação da violência de gênero vivenciada pelas mulheres, desempenha um papel fundamental em Minas Gerais. Seu alcance abrange todos os municípios do

Estado, oferecendo tanto atendimento psicossocial direto às mulheres em situação de violência, quanto assessoria técnica aos municípios.

Entre janeiro e maio de 2023, o CERNA realizou um trabalho significativo. Foram registrados e monitorados 87 casos de violência, garantindo um acompanhamento constante dessas situações. Além disso, 162 mulheres foram atendidas, sendo que 86 delas foram novas usuárias do serviço neste ano. Ao todo, foram realizados 1.096 acompanhamentos e atendimentos individuais, proporcionando suporte e apoio às mulheres em busca da superação dessas experiências traumáticas.

Banco de Emprego - A Vez Delas

Outra iniciativa importante é o projeto "Banco de Empregos - A Vez Delas", que tem como objetivo promover a inclusão das mulheres em situação de violência doméstica no mercado de trabalho. Por meio de uma plataforma virtual, as mulheres são conectadas a vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras. Dessa forma, elas têm a oportunidade de conquistar autonomia financeira e romper o ciclo de violência, abrindo caminho para uma vida melhor.

Parceria com o TRE-MG

Firmada em Junho, garante a reserva de 25% dos postos de trabalho terceirizados do TRE-MG para mulheres em situação de vulnerabilidade, decorrente de violência doméstica e intrafamiliar.

Dignidade Menstrual

No âmbito da dignidade menstrual, a Sedese coordena a política estadual de garantia de acesso a absorventes higiênicos para mulheres em situação de vulnerabilidade social, conforme estabelecido pela Lei nº 23.904, de 3 setembro de 2021. A política foi regulamentada via decreto determinando o acesso a absorventes higiênicos em Minas Gerais para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A Sedese trabalha em conjunto com outras secretarias para implementar e monitorar a distribuição desses produtos. Além disso, estão sendo desenvolvidas ações educativas sobre saúde menstrual, visando informar e conscientizar as mulheres sobre esse tema importante.

A distribuição dos absorventes higiênicos é destinada a mulheres em situação de vulnerabilidade social, com idade até 49 anos, que se encontram em unidades prisionais (sob a gestão da Sejusp), unidades de acolhimento (sob a gestão da Sedese), escolas estaduais (sob a gestão da SEE) e unidades básicas de saúde (sob a gestão da SES). Essa iniciativa visa garantir que as mulheres tenham acesso a esses produtos essenciais, promovendo a dignidade menstrual e o cuidado com a saúde feminina. A previsão é de entrega em 327 municípios.

6. Banco de Empregos - A Vez Delas e Ônibus Lilás

Banco de Empregos - A Vez Delas

Durante o primeiro semestre de 2023, foram celebradas parcerias estratégicas para aumentar as vagas de emprego em Minas Gerais com a rede de Laboratórios Hermes Pardini e com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG).

Desde o lançamento do programa até 31/05/2023, muitas organizações se tornaram parceiras, incluindo a Loja Elétrica Ltda., Helomar, Grupo Pardini, Nima Educação, Supermercados BH, Magazine Luiza S.A., Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL/BH. São parceiros que reconhecem a importância de promover a inclusão das mulheres em situação de violência doméstica no mercado de trabalho.

Graças a essas parcerias valiosas, foram disponibilizadas um total de 47 novas vagas de emprego, essenciais para que as mulheres em vulnerabilidade possam reconstruir suas vidas e conquistar a independência financeira. Além disso, foram cadastrados 126 currículos, estabelecendo uma conexão entre as habilidades dessas mulheres e as demandas do mercado de trabalho.

Esses números refletem o impacto positivo do trabalho realizado e motivam a busca por novas parcerias e oportunidades. A celebração dessas colaborações no primeiro semestre de 2023 representa um passo importante rumo à igualdade e à justiça social e demonstram um compromisso contínuo em ampliar as parcerias estratégicas e promover a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para construir um futuro digno.

Ônibus Lilás

O Ônibus Lilás é a unidade móvel de atendimento às mulheres que leva serviços de orientação, acolhimento e prevenção da violência contra a mulher às localidades mais distantes, como assentamentos, aldeias indígenas, comunidades rurais e quilombolas.

Desde 2019, foram realizadas caravanas a 17 municípios, atendendo a aproximadamente 1.900 pessoas. Desde março de 2023, o ônibus passa por reformas corretivas para garantir a segurança das viagens. Estão sendo realizados:

- Serviços de reparo das portas internas e externas e fixação das cintas de segurança das cadeiras;
- Instalação de um tanque de combustível dedicado para alimentação do gerador de energia e ar condicionado, que trará mais autonomia de horas de funcionamento do gerador, evitando pane seca no sistema de geração de energia da cabine móvel;
- Serviços de reparo elétrico do veículo;
- Serviços de manutenção preventiva no gerador e ar condicionado (troca de lubrificantes, filtros e retirada de entrada de ar do sistema de alimentação da bomba injetora de diesel do motor).

Uma alternativa para continuidade e expansão do projeto é a aquisição de novos ônibus, vez que os custos de manutenção e o tempo necessário para realização das mesmas têm impactado na limitação da realização das caravanas.

7. Crianças e adolescentes vítimas dos crimes de abuso e exploração sexual

O Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual (CEAHVIS), coordenado pela Sedese, desempenha um papel fundamental na discussão e validação do protocolo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas dos crimes de abuso e exploração sexual. É por meio desse comitê que as questões relacionadas ao acolhimento humanizado são debatidas e definidas. No ano de 2023, está previsto o lançamento de uma cartilha, desenvolvida em parceria com a Fundação Fiocruz, abordando estratégias para enfrentar a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres. Essa iniciativa busca fornecer informações e orientações essenciais para a prevenção e o combate a esse tipo de violência.

É importante ressaltar que o atendimento psicológico às vítimas de violência sexual é realizado no âmbito municipal, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, é fundamental destacar o cumprimento da Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que estabelece a obrigatoriedade do atendimento imediato, integral e obrigatório às pessoas em situação de violência em todos os hospitais que fazem parte da rede do SUS. Além disso, é essencial promover a articulação entre os diversos atores envolvidos para garantir a identificação, o acolhimento, o

atendimento, a notificação, os cuidados e a proteção de crianças e adolescentes em situação de violência.

Ademais, foi criado, em março de 2023, o Grupo de Trabalho Intersetorial para propor e monitorar ações de prevenção e enfrentamento à violência sexual em espaços de lazer e turismo, no âmbito do Estado de Minas Gerais, que contempla Sedese, SES, SEE, Secult, Sejus, PMMG e PCMG. No âmbito do Grupo, foi criado o Protocolo Fale Agora, que foi validado pelo CEAHVIS em plenária e encaminhado para a produção da campanha de divulgação, que tem previsão de lançamento em julho de 2023.

Essas ações refletem o compromisso do Estado em assegurar um atendimento de qualidade e humanizado às vítimas de violência sexual. A parceria com instituições renomadas, como a Fundação Fiocruz, e a atuação intersetorial fortalecem a capacidade de enfrentamento desse grave problema social. A cartilha, que será lançada em 2023, é uma importante ferramenta de conscientização e capacitação, fornecendo diretrizes e orientações para profissionais e para a sociedade em geral. O objetivo é promover a proteção dos direitos e o bem-estar das vítimas, garantindo um atendimento sensível, efetivo e respeitoso. A luta contra a violência sexual é uma prioridade e exige o engajamento de todos os setores da sociedade para a construção de um ambiente seguro e justo para todos.

8. Proteção social aos resgatados da condição de trabalho análoga à de escravo no Estado

Com a implementação da nova reforma administrativa, a Subsecretaria de Direitos Humanos passará a contar com uma diretoria específica voltada para o tratamento das políticas relacionadas a migrantes, refugiados e trabalho escravo. Essa iniciativa visa fortalecer e direcionar as ações nesses âmbitos, proporcionando uma abordagem mais efetiva e especializada.

No que diz respeito ao enfrentamento do trabalho escravo, o Fluxo Nacional de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo foi adaptado à realidade de Minas Gerais. Essa adaptação contou com o apoio dos parceiros do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate/MG), que fazem parte da Câmara Técnica de Trabalho Escravo, além da orientação e suporte da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de outros atores da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Foi elaborada uma minuta que está em tramitação e seu lançamento está previsto para agosto de 2023. Essa ação é de extrema importância para melhorar o atendimento e a assistência às vítimas desse grave crime.

A Subsecretaria também tem buscado estabelecer parcerias para capacitar as equipes técnicas das assistências sociais municipais em diferentes regiões. Além disso, mantém uma parceria constante com organismos internacionais ligados a essa temática, com o objetivo de promover acordos de cooperação e otimizar a articulação institucional da Sedese.

Algumas das atividades realizadas incluem a organização e participação em capacitações sob demanda, como a capacitação da rede de apoio a migrantes e às vítimas de trabalho escravo e tráfico de venezuelanos Warao, realizada em Divinópolis, no dia 27/04/2022. Também houve a participação em um seminário, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia e a Cátedra Sérgio Vieira de Melo, que abordou o enfrentamento ao trabalho escravo, em maio, na cidade de Uberlândia.

A Subsecretaria tem articulado parcerias para a realização de capacitações regionais, em conjunto com a Diretoria Regional de Uberlândia e a Universidade Federal de Uberlândia, sobre direitos humanos, migração e enfrentamento ao trabalho escravo, direcionadas às equipes técnicas da assistência social municipal, previstas para o segundo semestre de 2023.

Outra articulação importante foi feita com as Diretorias Regionais de Passos e de Patos de Minas, em parceria com a OIT, o Global Fund to End Modern Slavery (GFEMS) e a Organização Não Governamental Repórter Brasil. Essa parceria visa promover a prevenção e o tratamento de vítimas de trabalho escravo, por meio de capacitações destinadas às equipes técnicas da assistência social municipal das duas regiões, programadas para ocorrer no segundo semestre de 2023.

A Subsecretaria também participa das reuniões e realiza articulações técnicas junto à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, da ALMG. Essa participação tem como objetivo ajustar as ações estaduais, aprimorar o fluxo de atendimento em nível estadual e fornecer orientações para a assistência social em âmbito regional e local.

Todas essas ações demonstram o compromisso do Governo do Estado de Minas Gerais em fortalecer o enfrentamento ao trabalho escravo, além de garantir a proteção e assistência adequada às vítimas. O estabelecimento de parcerias estratégicas, a realização de capacitações e a atuação em conjunto com instituições de renome nacional e internacional reforçam a importância dessas iniciativas para a promoção dos direitos humanos e a erradicação do trabalho escravo em Minas Gerais.

9. Apoio, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de mães responsáveis por famílias uniparentais

A Sedese, por meio de políticas de direitos das mulheres, está empenhada em promover a inclusão e a autonomia financeira das mulheres, incluindo aquelas que são mães solo e estão em situação de violência doméstica. Uma das iniciativas é o Banco de Empregos - A Vez Delas, que disponibiliza uma ferramenta virtual para conectar essas mulheres a vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras, permitindo que elas alcancem independência financeira e rompam o ciclo de violência.

Já a Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda desenvolve programas voltados para a inclusão produtiva e a geração de renda, com especial atenção às pessoas em

situação de vulnerabilidade, incluindo mães solo. Os programas Trajeto Renda e Trajeto Moda buscam proporcionar oportunidades de trabalho e renda para essas pessoas, enquanto o Minas Programando tem como objetivo promover a empregabilidade e o empoderamento econômico feminino como forma de enfrentar a violência contra as mulheres, incluindo as mães solo.

Além disso, a Subsecretaria lançou um Catálogo de Oportunidades de Qualificação EAD que, em maio de 2023, ganhou uma edição especial dedicada às mulheres. Esse catálogo reúne projetos e iniciativas desenvolvidas para contribuir no enfrentamento das desigualdades, visando a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e no mundo dos negócios.

Com essas ações, as subsecretarias estão trabalhando de forma integrada para promover a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a superação das desigualdades, oferecendo oportunidades concretas para que as mulheres, especialmente as mães solo, tenham acesso ao trabalho digno e à autonomia.

Cabe ainda ressaltar que, conforme dados do CadÚnico, a grande maioria das famílias inscritas é composta por mulheres em situação uniparental, e que este é o público prioritário de todas as ações da Secretaria para promoção do Desenvolvimento Social.

10. Piso Mineiro de Assistência Social - regularidade e avanços

O Piso Mineiro de Assistência Social tem como objetivo apoiar financeiramente os municípios no aprimoramento das ações de assistência social, cumprindo uma das principais competências estabelecidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a esfera estadual, que é a de apoiar técnica e financeiramente os municípios na estruturação e implantação de ações de assistência social. Trata-se de política destinada ao custeio de serviços socioassistenciais via transferência aos fundos municipais, em conta específica, dividido em parcelas mensais ao longo do ano.

Em 2023, está vigente a nova base de cálculo de repasses para os municípios, deliberada no Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), alterando o valor para R\$ 2,40 por família cadastrada no CadÚnico, mantida a disposição do valor mínimo de R\$ 2.000,00 reais/mês por município. Esse reajuste representou um aumento de mais de 50% no valor do Piso Mineiro Fixo em 2023 quando comparado a 2021, período anterior ao reajuste.

Os pagamentos do Piso Mineiro da Assistência Social Fixo têm sido mantidos em dia aos municípios em situação de regularidade no Cadastro Geral de Convenentes (Cagec), nas prestações de contas e com o plano de serviços do Piso Mineiro aprovado. O montante repassado em 2023, até maio, totaliza mais de R\$ 21 milhões, sendo que o montante previsto até dezembro será de mais de R\$ 81 milhões.

Destaca-se que a Sedese concluiu, em 2023, o pagamento do passivo remanescente dos anos de 2017 e 2018. Foram mais de R\$ 85 milhões destinados aos municípios mineiros.

Tais avanços são significativos e ganham especial importância quando se analisa a série histórica: desde 2015, o Piso Mineiro não era pago de forma regular, sendo esta uma conquista desta gestão, que regularizou os pagamentos de 2019 até o momento.

11. Empregabilidade da pessoa com deficiência

A Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda, em parceria com a Subsecretaria de Direitos Humanos, está empenhada em promover a sensibilização e qualificação dos empregadores e profissionais de recursos humanos para a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no mercado de trabalho. Um projeto importante nesse sentido é a Empregabilidade PCD, que envolve a qualificação de 120 empregadores e profissionais de RH em 2023, de modo que haja a inserção de PCDs no mercado de trabalho, além de reuniões conjuntas e compartilhamento de conhecimento entre as entidades envolvidas.

Além disso, a capacitação em Libras é uma prioridade. Por meio do Curso Básico de Libras, os coordenadores e atendentes das unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine) estão sendo capacitados na linguagem de sinais, buscando melhorar o atendimento prestado às pessoas com deficiência auditiva e garantindo seu pleno acesso aos serviços oferecidos pelo Sine.

Outra iniciativa importante é o programa Emprega Minas, que segue as diretrizes do Programa de Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores. Nesse programa, 779 vagas serão reservadas para pessoas com deficiência, visando à inclusão efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho.

Por meio dessas ações, as subsecretarias estão trabalhando em conjunto para promover a inclusão e a empregabilidade das pessoas com deficiência, sensibilizando os empregadores, capacitando os profissionais de recursos humanos e garantindo oportunidades concretas de trabalho. O objetivo é criar um ambiente mais inclusivo e igualitário, onde as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos e contribuir plenamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

12. Carteira Sindpasse

Desde a pandemia, o Sindpasse não emite a Carteira de passe livre para as pessoas com deficiência, em razão da queda orçamentária. Diante do cenário de cancelamento da emissão da carteira pelo Sindpasse e da demonstração do interesse da sociedade civil pela carteira, foi discutida a responsabilidade da emissão por um órgão governamental.

Em abril, a Seinfra realizou uma reunião para avaliação da emissão da carteira com o apoio da Sedese e da Seplag, cujo encaminhamento foi adquirir, junto ao Sindpasse, o número de carteiras emitidas, o orçamento e a possibilidade da emissão.

Em junho, houve nova reunião, em que foi discutida a possibilidade das 38 UAIs realizarem a emissão das carteiras e a possibilidade de a Coordenadoria Estadual de Articulação e Atenção à Pessoa com Deficiência (CAADE), da Sedese, treinar as unidades. Está agendada nova reunião para o dia 26/06/2023.

13. Esporte no ambiente escolar

Os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) de 2023 têm como objetivo promover o desenvolvimento e a potencialização do desporto educacional, sendo uma ferramenta pedagógica que valoriza a prática esportiva escolar e contribui para a construção da cidadania dos jovens estudantes-atletas. É importante ressaltar a atuação da SEE, que atua como parceira da Sedese na execução do JEMG, sendo responsável por fomentar e divulgar a política pública nas escolas, além de planejar e executar a logística das escolas estaduais utilizadas como alojamentos para os estudantes-atletas envolvidos no evento.

Para o JEMG de 2023, está previsto o envolvimento de 810 municípios inscritos, com uma estimativa de atender cerca de 30.000 estudantes-atletas. Na Etapa Microrregional, são contabilizados 43.078 estudantes-atletas inscritos e aptos a participarem das modalidades coletivas e xadrez, provenientes de 1.821 escolas.

Outra iniciativa relevante é o programa Geração Esporte, que tem como objetivo incentivar a prática de atividades físicas, esporte e lazer, por meio da criação de núcleos de atividades esportivas e recreativas. O programa é direcionado a crianças e adolescentes com idades entre 6 e 17 anos, matriculados em escolas públicas (municipais e estaduais) ou particulares, com bolsa de estudo. As atividades são desenvolvidas no contraturno escolar.

No contexto do Geração Esporte, para o ano de 2023, foram contemplados 123 municípios por meio dos editais dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, com capacidade para atender até 13.340 crianças e adolescentes, sendo que as atividades já foram iniciadas em 2022. Além disso, há a previsão de que 19 municípios iniciem suas atividades em meados de junho de 2023, por meio de emendas parlamentares estaduais do ano de 2022. Também constam 108 municípios inscritos no cadastro de reserva do Edital nº 13/2022 e 44 municípios selecionados em anos anteriores, que fazem parte do Programa Estratégico de Percursos Gerais.

Essas iniciativas demonstram o compromisso do Estado de Minas Gerais em promover o esporte educacional, a inclusão social e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades esportivas e recreativas que contribuem para seu crescimento e bem-estar.

14. Esporte, Cultura e Turismo

A Sedese promove o turismo no Estado especialmente por meio da realização e do apoio a eventos esportivos, que fomentam os produtos e serviços da cadeia produtiva do esporte e do turismo. Exemplos de eventos são o JEMG, os Jogos do Interior de Minas Paradesporto, eventos apoiados via Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e eventos aprovados no ICMS Esportivo.

Pretende-se implementar novas ações ainda em 2023, como o Sedia Minas, financiada com recursos da LEMG, que consiste em apoiar a realização de competições esportivas nas dimensões escolar, participação ou rendimento promovidas por prefeituras de diversas regiões do Estado que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo histórico de sedimento de eventos relevantes.

Além disso, a Sedese e a Secult fazem diálogo para promoção de ações de relevante interesse público e intercâmbio técnico de dados, sistemas e informações. Por fim, pretende-se aumentar a integração com a cultura e o turismo por meio de ação proposta no Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste (COSUD) para ampliar as políticas públicas de esportes e lazer para a população, potencializando as vocações locais, de maneira transversal, cofinanciada pelas áreas de turismo, além de educação, saúde e assistência social, com especial atenção ao público de pessoas autistas, pessoas com doenças raras, pessoas com deficiência e mulheres, bem como a promoção de acessibilidade nos equipamentos esportivos.

15. Capilaridade de recursos e formação cívica e desenvolvimento por meio do esporte

Além dos programas JEMG e Geração Esporte, a Sedese possui uma importante ferramenta para fomentar o esporte em Minas Gerais, que consiste na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte (Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013). Essa lei estabelece que parte da arrecadação do ICMS do Estado seja reservada para que empresas contribuintes possam apoiar projetos esportivos apresentados por entidades e prefeituras, desde que sejam aprovados pela Sedese. Do total de recursos captados, 10% são destinados à Sedese para apoiar projetos com maior dificuldade de captação, que são selecionados por meio de editais.

Em 2023 serão investidos 2,9 milhões de reais, para formalização de 9 termos de colaboração com entidades que tiveram projetos aprovados em Editais anteriores da Lei de Incentivo e não tiveram sucesso na captação. A previsão é de publicação do Edital e formalização das parcerias no segundo semestre de 2023.

A Lei Estadual de Incentivo ao Esporte é uma importante estratégia para fortalecer o esporte em Minas Gerais, promovendo a participação de empresas e a captação de recursos para viabilizar projetos esportivos em diferentes regiões do Estado. Essa iniciativa contribui para o desenvolvimento esportivo e social, ampliando as oportunidades de prática esportiva e beneficiando a comunidade em geral.